
EDITORIAL

Educação e Ambiente Temas Transversais

A relação entre ambiente e educação tem sido consistentemente reforçada por organismos tão diferentes como as Nações Unidas, a União Europeia, os governos nacionais e internacionais, as ONGA's, as universidades, considerando que esta é uma relação incontornável para, nos dias de hoje, tornar visíveis e resolúveis os variados problemas sócio-ambientais que pesam sobre as sociedades contemporâneas e a biosfera. Mas esta relação não é simples e muito menos linearmente ligada: implica diferentes níveis de articulação, numa hierarquia intrincada (Godard, 1997) de acontecimentos que apelam a diferentes saberes disciplinares mas também a posições filosóficas, éticas e políticas. Nesse sentido, o presente número da Revista *Educação, Sociedade e Culturas* pretende examinar algumas das questões que se levantam neste vasto campo de reflexão e de acção, e os textos que a seguir se apresentam reflectem uma variedade de perspectivas desenvolvidas por especialistas de áreas diferentes que estiveram envolvidos num conjunto de seminários de formação de professores realizados no contexto do projecto «Terra: transversalização curricular e consciência ambiental»¹ financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia e sediado no CIIE (Centro de Investigação e Intervenção Educativas) da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto.

Se, por um lado, a ideia de desenvolvimento sustentável parece 'ter feito

¹ POCTI/CED/42610/2001 (FCT, FEDER, OE).

caminho' no interior dos diversos locais do poder nacional e internacional, por outro lado, o saber que lhe é inerente – para retomar a associação foucaultiana – parece muitas vezes perder-se na retórica institucional e/ou (aparentemente) contra-hegemónica que caracteriza muitos produtores de discursos contemporâneos. A complexidade das questões sócio-ambientais remete-nos com força para um conhecimento e simultaneamente uma ignorância lacunares no panorama dos saberes oficiais e, portanto, para uma diversidade de pontos de vista potencialmente contraditórios sobre o que é o desenvolvimento sustentável no cenário pós-normal dos saberes e dos poderes (S. Funtowicz e R. Ravetz, 1991). A esta diversidade das posições de saber relacionadas com o ambiente acresce, em parte por causa dela, uma diversidade dos mitos sobre a natureza (M. Schwartz e M. Thompson, 1990) que correspondem a convicções pessoais sobre o que ela é e sobre o modo como funciona e, portanto, sobre o modo como nos devemos relacionar com ela. Assim, a complexidade em ambiente remete-nos, com maior evidência ainda, para a dificuldade em produzirmos um pensamento fundamental sobre as nossas relações com os não humanos, retomando uma designação de Latour (1999), que leve em conta tanto uma descrição adequada dessas relações, como os valores que ela carrega na sua re-tradução para a cultura quotidiana (J. B. Callicott e F. J. Rocha, 1996). Os textos do nº 21 da presente Revista consistem num conjunto diversificado de propostas, de reflexões analíticas e críticas, de interrogações focando algumas destas problemáticas ambientais transversais à sociedade e à educação que estão longe de esgotar este campo fundamental mas que, no espaço restrito de um número temático, tentam reflectir algumas das suas tensões e convergências e esboçar construtivamente respostas susceptíveis de serem recuperadas pelo leitor no seu próprio campo de actuação e de investigação. A revista *Educação, Sociedade e Culturas* contribui deste modo para a discussão, em Portugal, de aspectos relevantes para a concretização da Década Internacional de Educação e Sustentabilidade promovida pelas Nações Unidas (2005-2014).

Os textos estão organizados segundo temáticas gerais ou meta-disciplinares (filosofia política e económica, epistemologia e ética) disciplinares (ecologia, psicologia e sociologia ambientais) e educacionais (educação ambiental, nos currícula do ensino básico e educação ambiental em Portugal). O texto da secção arquivo e as resenhas apresentam discussões de fundo sobre as relações

do ser humano com a natureza, segundo diversas posições filosóficas, científicas, políticas e educativas. A escolha dos temas e as perspectivas que estes reflectem correspondem à intenção de formação geral do projecto Terra, que enfatiza o carácter complexo das temáticas sócio-ambientais, os efeitos de valor, de adequação e de risco (real ou percebido) das teorias e práticas a elas associados, assim como a necessidade de compreender e de agir em conjunturas incertas. A conciliação da teoria sobre sustentabilidade, com a prática educativa não é estável; coexistem uma variedade de posições sobre a definição do próprio conteúdo da sustentabilidade até ao que se entende por educação neste âmbito (W. Scott e S. Gough, 2003; Lencastre, 2004). Mas se parece evidente que a educação em ambiente não pode aparecer só como um conjunto de instruções sobre formas particulares de se relacionar com ele, também é óbvio que nenhum pensamento verdadeiramente autónomo pode emergir na ignorância das questões teóricas e práticas que actualmente se levantam nesta área (B. Jickling, 1992). São alguns aspectos dessa discussão que aqui se apresentam.

Assim, o primeiro texto, da autoria de Viriato Soromenho-Marques, introduz o desenvolvimento sustentável como uma resposta para a crise ambiental e social global, pensada a partir de cinco desafios fundamentais: as modalidades da governação mundial, a disparidade entre a segurança alimentar e a demografia humana, a globalização económica e as identidades e cidadanias locais, o questionamento da ideia corrente de qualidade de vida e a sua ligação à ecologia e, finalmente, a renovação do pensamento filosófico, ético e político que, segundo o autor, deve permitir uma «aliança global entre inteligência e vontade, entre razão e determinação prática». O segundo texto, de Maria Manuel Araújo Jorge, reflecte sobre as mutações epistemológicas da ciência contemporânea na sua ligação com a sociedade e discute criticamente o modo como esta convivência pode gerar novos espaços de produção de saberes transversais que são particularmente evidenciados pelas questões ambientais. O artigo de Marina Lencastre aborda, numa primeira parte, algumas das condições sustentando as exigências éticas contidas nas situações sócio-ambientais da actualidade e desenvolve, na segunda parte, a sua pertinência normativa e educativa face a aspectos da organização emocional, cognitiva e comportamental dos sujeitos morais. Paulo Santos apresenta a relação da ecologia, enquanto ciência dos sistemas naturais, com a sociedade, enfatizando o modo como os seus conteúdos

ajudam a compreender a crise ambiental e dando especial relevo aos movimentos sociais organizados (ONGA's) na conservação da natureza e na formação de jovens e adultos. Luis Fernandes desenvolve o seu artigo no âmbito da psicologia ambiental, interessando-se pelas principais modificações eco-sociais do ambiente urbano que poderão estar na origem da intensificação do sentimento de insegurança e dos comportamentos individuais e colectivos a ele associados, tecendo algumas considerações sobre as políticas de gestão da cidade relativas à marginalidade. No âmbito da sociologia ambiental, Tiago Neves reflecte sobre a emergência de problemas-tipo em ambiente como a questão da relação do *self* com valores individualistas e/ou colectivistas, ou a questão do consumo e a sua regulação, associando-os a modos particulares de teorizar o ambiente urbano. Isabel Menezes apresenta um texto crítico sobre a transversalização de temas ambientais nos currícula escolares, mostrando, a partir de alguns exemplos europeus, que o projecto de capacitação contido nas reformas recentes pode corresponder a uma «legitimação compensatória» da educação básica existente e não a uma educação auto-organizada a partir das experiências dos alunos. O texto de Joaquim Pinto apresenta a história da educação ambiental em Portugal, apontando a relação das políticas educativas em ambiente com os grandes marcos internacionais nesta área ao longo dos últimos 30 anos, e mostrando o seu enquadramento legal e institucional no nosso país. A secção Arquivo apresenta um texto de 2001 da filósofa do ambiente Catherine Larrère que interroga as relações do ser humano com a natureza, numa época em que esta parece ter sido substituída pela noção antroponómica de ambiente; mostrando que o conservacionismo é uma ideia moderna que mantém a divisão entre natureza e cultura, C. Larrère explora o novo campo aberto pela crise ambiental colocando a questão da modernidade, e da saída da modernidade, no centro da sua discussão sobre ética ambiental, ecologia científica e direito da natureza.

Agradecemos à Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT), ao Centro de Investigação e Intervenção Educativas (CIE) e à Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto (FPCE) o acolhimento dispensado para a realização de um seminário sobre estas questões, em Abril último, onde ficaram claros os diferentes níveis de necessidade e de incerteza em que as questões ambientais se colocam. A sua tradução educativa consiste numa

tarefa árdua e sensível. Trata-se de conciliar as dimensões objectiva e subjectiva das avaliações ambientais que enfatizam a importância das posições éticas e estéticas face às decisões de base científica. Este facto aponta para a necessidade de clarificar, desde os níveis obrigatórios de ensino, as relações entre as ciências e as pessoas; a transversalização curricular de temas sócio-ambientais relevantes pode constituir uma possibilidade de articular conteúdos de modo coerente em torno de núcleos temáticos que permitem clarificar a interferência entre os conhecimentos adquiridos pelo aluno nas disciplinas (Scott, 2002), a sua praticabilidade ao nível do projecto e a diversidade de interpretações em torno dessa articulação. Esta diversidade poderá ser aprofundada pelas disciplinas mas constituirá sobretudo uma ocasião para compreender como as ideias nascidas das posições culturais, pessoais e sociais de cada aluno permitem aceder às controvérsias mais amplas do espaço público, e compreender também a importância do princípio de precaução num cenário de mudança.

Marina Lencastre

Referências bibliográficas

- CALLICOTT, J. B., ROCHA, F. J. (orgs.) (1996) *Earth Summit Ethics – Towards a Reconstructive Postmodern Philosophy of Environmental Education*, USA: N.Y. Press.
- FUNTOWICZ, S, RAVETZ, R., (1991) A New Scientific Methodology for Global Environmental Issues. In: R. Constanza (org.) *Environmental Economics*, Columbia Un. Press, Nova Iorque, 137-152.
- GODARD, O. (1997) «Le Concept d'Environnement, une Hiérarchie Enchevêtrée», in C. Larrère, R. Larrère (orgs.), *La Crise Environnementale*, Paris: INRA.
- JICKLING, B. (1992) Why I don't want my Children Educated for Sustainable Development in *Journal of Environmental Education*, 23 (4), 5-8.
- LENCASTRE, M. P. A. (2004) Epistemological and Conceptual Framing of Environmental EDUCATION: Levels of Constitution of Complex Practices, in W. Leal Filho e M. Littledyke (orgs.) *International Perspectives in Environmental Education*. Peter Lang Scientific Publishers, Frankfurt, 285-294.
- SCHWARTZ, M. e THOMPSON, M. (1990) *Divided we Stand: Redefining Politics, Technology and Social Choice*, Philadelphia: University of Pennsylvania Press.
- SCOTT, W. (2002) *Sustainability and Learning: what Role for the Curriculum?* Un. Bath: CfEE & CREE.
- SCOTT, W. e GOUGH, S. (2003) *Sustainable Development and Learning. Framing the Issues*, Londres: Routledge Falmer.